

O MIRANTE

Tribunal de Santarém é o primeiro a ter segurança privada no controlo de acessos

O Tribunal de Santarém é o primeiro na região a ter um segurança de uma empresa privada a controlar o acesso do público ao edifício. O segurança está ao serviço desde o dia 2 de Janeiro e segundo o Ministério da Justiça faz o horário das 8h00 às 20h00 diariamente. Quem entra agora no palácio da justiça tem que se identificar e informar a que serviço se dirige. Esta medida foi tomada com base num plano que avaliou o risco dos vários tribunais.

Recorde-se que no Tribunal de Santarém já houve casos de detidos que esperavam por julgamento que fugiram do edifício. Mais recentemente dois funcionários judiciais foram agredidos por um empresário que se deslocou à secção de serviço externo onde corria um processo para execução de uma penhora. No dia 18 de Julho do ano passado um homem tentou agredir os magistrados por não concordar com uma decisão judicial. A situação ocorreu depois deste ter sido expulso da sala de audiências por injúrias ao juiz Manuel Pedro. O Ministério da Justiça justifica a decisão de recorrer a segurança privada atendendo ao facto de se tratar de um tribunal numa capital de distrito, com um grande volume processual e por já haver um histórico de problemas de segurança.

Além de Santarém outro tribunal judicial que tem controlo de acessos é o de Abrantes, mas neste caso através de um porteiro contratado pelo Ministério da Justiça. Neste momento também já estão a funcionar os sistemas de videovigilância em Abrantes e em Benavente. Este último é também o único que tem um detector manual de metais. Mas está previsto até 2010 dotar oito edifícios com pórticos de detecção de metais e que estão referenciados como prioritários. É o caso dos tribunais de trabalho e judicial de Abrantes e os judiciais de Almeirim, Cartaxo, Entroncamento, Ourém, Santarém e Torres Novas. Os quais vão ser também dotados com alarmes de intrusão e controlo de acessos através de porteiros. Bem como videovigilância, excepto no Tribunal Judicial de Abrantes que já tem este sistema

20.01.2009